

corrente do autor sobre a impossibilidade de desenvolver certos pontos (pp. 25, 44, 64, 74, 81-82 e 98). Não restam dúvidas de que a obra seria mais estimulante se Lahon tivesse tido possibilidade de explanar mais livremente o seu pensamento e, nesse sentido, haveria vantagem em evitar várias transcrições documentais muito longas, em favor de uma análise mais pormenorizada.

JOÃO PEDRO MARQUES

Maria de Lurdes Rodrigues, Os Engenheiros em Portugal, Profissionalização e Protagonismo, Oeiras, Celta Editora, 1999, 280 + XII páginas.

Muita gente conhece alguns engenheiros, sem ter muita ideia do que fazem neste mundo «os engenheiros». Pouco se indagou ou escreveu sobre eles, de resto. Mas, nas últimas décadas, historiadores e economistas, ao analisarem as questões do desenvolvimento no período salazarista, depararam-se com eles nos nossos anos 30 e 40, então arautos (uma «vanguarda», é certo) da electrificação e da industrialização. É agora a vez de a sociologia meter mãos à obra e perscrutar-lhes, enquanto grupo, o percurso de uma «construção da profissionalidade».

Este excelente trabalho de Maria de Lurdes Rodrigues, ao afastar-se deliberadamente das abordagens

funcionalistas, que tendem a não reconhecer aos engenheiros o estatuto de «profissão» (segundo o padrão dos «médicos» ou dos «advogados»), propõe-nos um conceito de «profissão» mais alargado e complexo. Na verdade, os engenheiros são, no essencial, assalariados em organizações, públicas ou privadas, e essa mesma especificidade poderá, segundo a autora, conduzir ao «reconhecimento do papel das organizações no processo de configuração» da profissão. As metodologias utilizadas são diversas e entendidas como complementares, a elas correspondendo três sucessivas etapas na apresentação do trabalho. Na primeira acompanhamos os resultados de uma investigação histórica que nos mostra a evolução da afirmação do «grupo» desde os primórdios da engenharia militar, no século passado, até aos nossos dias. Depois, temos o aprofundado tratamento de um vasto inquérito sócio-profissional aos diplomados de Engenharia efectuado em 1994. Por fim, são-nos apresentados os resultados de um inquérito por entrevista a centena e meia de engenheiros «em situação de trabalho» em organizações, nomeadamente três grandes empresas privadas.

Está fora do âmbito deste texto determo-nos nas múltiplas pistas sugeridas pela valiosíssima informação produzida. Refiramos apenas, no plano histórico, as sucessivas batalhas para a conquista de um espaço e de um título próprios: primeiro, engenheiros civis *vs.* militares, até à primeira década do século; depois, a

interminável querela, que vem até aos nossos dias, que opõe, enquanto verdadeira «questão social», engenheiros e (hoje) engenheiros técnicos (estes mudando periodicamente de nome, muito ao sabor de conjunturas políticas, mas acirrando-se quase sempre mais os ânimos de cada vez que nesse nome apareciam as palavras «engenheiro» ou «engenharia»); enfim, a disputa particular entre engenheiros civis e arquitectos, essa também não totalmente encerrada. Neste longo percurso saliente-se, aliás, o momento fundador da «engenharia moderna» portuguesa, que foi, em 1911, a criação do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Engenharia (de início Faculdade Técnica) da Universidade do Porto.

Quanto ao perfil sócio-profissional na actualidade, mencione-se, no caso do inquérito alargado, o tratamento de aspectos como a estrutura da «profissão» por especialidades, escolas de origem dos diplomas, escalão etário, sexo, áreas de actividade principal, estatuto jurídico e dimensão da entidade empregadora, situação hierárquica e índices de receitas; a abordagem da questão da origem social, em que fica clara a diferenciação entre engenheiros e engenheiros técnicos, seguida de uma análise factorial de correspondências múltiplas que permite identificar as principais variáveis discriminantes, como seja «a oposição entre o mundo das empresas e o mundo do ensino e da função pública» e a que decorre do grau/diploma, e determinar grupos de categorias de variáveis definidores de quatro «es-

paços» bem diferenciados de origem/ocupação dos diplomados em Engenharia; enfim, as questões relativas à mobilidade e carreiras profissionais, onde se conclui, já sem demasiada surpresa, que à ascensão na carreira corresponde o afastamento de funções técnicas: «a passagem de funções técnicas a funções de chefia resume o essencial das carreiras dos engenheiros, nela se define o sucesso ou insucesso do percurso profissional» — mas haveria ainda que ver que componente técnica têm ou não ainda essas funções de chefia (um director de produção ou um administrador de uma empresa de projectos de engenharia são exemplos de que pode chegar-se a topos de chefia sem sair em definitivo da área técnica).

Enfim, no inquérito por entrevista a diplomados em Engenharia em três empresas de grande dimensão (a menor tem 150 diplomados, a maior 1020, casos raros no panorama português) retomam-se os problemas de carreiras e mobilidade, mas complementados por outras áreas de análise, como as de autonomia e participação, de modalidades de divisão do trabalho e de natureza do saber posto em jogo no exercício das actividades profissionais.

Apresentado, pois, o trabalho, em linhas muito gerais. Sucede que, quando, como o autor destas linhas, se faz parte do universo observado, apetece reflectir um pouco sobre algumas questões.

Em primeiro lugar, justamente a questão dos saberes. Ela atravessa, aliás, todo o trabalho de M. de

Lurdes Rodrigues e constitui mesmo uma das permanentes interrogações da investigadora: em que medida a actividade desenvolvida pelos engenheiros se aproxima ou afasta «dos nichos de produção/aplicação do conhecimento técnico-científico», ou, por outras palavras, em que medida a ciência e a tecnologia estão mais ou menos presentes no exercício das funções desempenhadas pelos engenheiros. Na verdade, na já longa guerrilha com os engenheiros técnicos, desde quando estes ainda se chamavam «condutores», o argumento sempre invocado pelos engenheiros (e também pelos estudantes por altura da greve de 1925-1926) foi o da superioridade científica dos seus conhecimentos, em particular o seu domínio das matemáticas. Quem os não tivesse não poderia assumir nas instituições públicas ou privadas posições cuja responsabilidade *técnica* os exigia — argumento repetido por sucessivas gerações. Não surpreenderá, assim, alguma perplexidade da própria investigadora quando, através do seu inquérito, constata, por parte da maioria dos inquiridos, «a reificação da experiência e das competências adquiridas nas situações de trabalho, a alta valorização atribuída à experiência profissional, acompanhada da denúncia da excessiva formação teórica e da insuficiente formação prática no ensino da engenharia em Portugal». E mais: «São cerca de 80% os engenheiros licenciados a considerar que os seus conhecimentos técnicos são subutilizados e que parte das suas tarefas poderia ser desen-

volvida por alguém menos qualificado.» Arrisco pensar que a isto não será alheio o facto de a economia portuguesa se ter mantido tão tecnologicamente dependente do exterior que raramente pôde (com excepção da engenharia civil, v. ponto seguinte) oferecer aos engenheiros muito mais, no plano técnico, do que tarefas de execução/especificação/controlado/planeamento, ainda que qualificadas, em detrimento das de concepção/cálculo/projecto de alguma complexidade.

Se tivermos ainda em conta que, desde sempre, o número de engenheiros se manteve muito superior ao de engenheiros técnicos, absurda inversão (numa perspectiva de mercado) bem salientada no estudo, então será compreensível que uma boa parte dos engenheiros exerçam actividades que normalmente poderiam ser ocupadas por engenheiros técnicos, buscando aqueles a diferenciação em tarefas não técnicas qualificadas que lhes poderão dar acesso aos níveis mais altos da hierarquia. Compreensível também que os engenheiros técnicos sempre se tenham reclamado igualmente competentes para o desempenho das tarefas técnicas que predominam no mercado.

O perfil de carreiras traçado neste trabalho confirma-o: a ascensão dos engenheiros na hierarquia das organizações faz-se no sentido da administração/gestão, e não no sentido de tarefas técnico-científicas de maior complexidade. E mesmo hoje, quando as actividades de I&D já têm alguma expressão, as carreiras técnico-

-científicas permanecem muito confinadas aos percursos intra-universitários, com escassa ligação ao mundo das empresas. M. L. Rodrigues conclui a dado passo: «Vimos como os saberes mobilizados, tal como os papéis desempenhados pelos diplomados de Engenharia nas organizações, não são exclusivamente técnicos — as dimensões relacionais presentes nas suas competências, as suas expectativas de poder, autonomia e participação fazem deles homens de confiança das organizações e das entidades empregadoras.» Por isso mesmo, os próprios entrevistados, quando confrontados com a sua própria prática, invocam muitas vezes como razões para a imprescindibilidade do diploma as «de ordem social ou simbólica, como o estatuto ou as expectativas dos clientes, a ordem de valores dos negócios em jogo, a credibilidade, etc.».

Estas considerações prendem-se com o meu segundo tema, esse não abordado neste trabalho: a questão das especialidades. Embora se indiquem as estruturas do «grupo» por especialidades nos vários períodos estudados, a variável «especialidade» não foi introduzida nas análises estatísticas efectuadas nem no tratamento do inquérito directo. Ora, se há coisa que «separa» os engenheiros, desde a escola até ao mercado de trabalho, é justamente a especialidade, criando subidentificações próprias e, julgo que em boa medida (mas haveria que confirmá-lo), influenciando nas próprias carreiras. Basta ter-se em conta que, de entre as especialidades «clássicas»

(as cinco que se mantiveram desde 1911 até meados dos anos 80), apenas uma — a engenharia civil — pôde, desde há muito, oferecer perspectivas de uma carreira profissional completa. Quer dizer-se com isto que um engenheiro civil pode aspirar a exercer, ao longo da sua carreira, funções de concepção, projecto e obra sem sair da área especificamente técnica. Uma larga maioria das grandes obras de engenharia civil deste século (e sobretudo da segunda metade), como barragens, pontes (de betão), estradas e portos ou grandes obras de saneamento foram projectadas de raiz por engenheiros portugueses, sem falar, é claro, no mundo interminável dos edifícios (e, de passagem, é a este último domínio que praticamente se confina a disputa engenheiros vs. arquitectos). É também na área da engenharia civil que se desenvolve, desde os anos 40, um assinalável esforço de investigação, com a criação no LNEC de uma «escola portuguesa» de engenharia hidráulica, que adquiriu projecção internacional: até mesmo a carreira de investigação se abriu então aos engenheiros civis. É claro que tudo isto terá tido que ver, uma vez mais, com o lento processo de desenvolvimento industrial do país: até aos anos 40, praticamente, o mercado para os engenheiros era, no essencial, o da construção civil e obras públicas (incluindo os lugares de função pública a elas associados) e ainda hoje é esta a especialidade que conta com maior número de engenheiros. Não é por acaso que os nomes grandes da engenharia portuguesa — Manuel

Rocha, Laginha Serafim, Edgar Cardoso e tantos outros — são praticamente todos engenheiros civis.

No pólo oposto temos os engenheiros químico-industriais, vocacionados, em teoria, para as chamadas «indústrias de processo». Neste caso, dada a quase total ausência de autonomia tecnológica nesse tipo de actividade em Portugal, raramente foi possível aspirarem a tarefas de concepção e de projecto, tendo-se limitado a ser bons operadores de fábricas projectadas e fornecidas pelos licenciadores estrangeiros (ou funcionários públicos, ou professores, ou consultores). Os mecânicos e os electrotécnicos estão numa situação intermédia, com domínio do projecto em algumas áreas significativas, mas a ambos, em particular aos primeiros, falta em boa parte a experiência (vital nos países industrializados) do projecto de máquinas industriais, que na sua maioria são importadas. O surto mais recente da especialidade «electrónica e engenharia de sistemas» abre hoje novas perspectivas à segunda dessas especialidades. Quanto aos mineiros, a sua expressão é diminuta, como o é hoje a própria actividade mineira (excluindo as pedreiras) em Portugal.

Em termos de mercado de emprego, também esta diferenciação poderá ser importante. Enquanto os engenheiros civis têm, se assim pode dizer-se, um sector industrial «por sua conta» — a indústria da construção, complementada pelos gabinetes de projecto e pelos serviços públicos de lançamento e controle de obras —, onde podem «experimentalmente» todas as

fases de uma carreira técnica, onde podem transitar da obra para o projecto, ou da execução para a fiscalização, do pequeno para o grande empreiteiro, etc., sempre em contacto com outros engenheiros civis, com as restantes especialidades não sucederá o mesmo. Afigura-se-me que, nestas últimas, o mercado de emprego é sectorialmente muito mais diversificado, o engenheiro trabalha geralmente muito mais isolado. Único engenheiro em muitas empresas (das que têm engenheiros), é chamado com frequência a resolver problemas, técnicos ou outros, que não são da sua especialidade, mas, em contrapartida, é frequente entrar logo para funções de chefia ou subchefia e pode eventualmente aspirar a uma carreira ascensional relativamente rápida (na mesma ou noutra empresa). Suspeito também de que os engenheiros não civis terão, proporcionalmente, uma presença muito menor do que os civis no sector público não empresarial.

A ser assim, e haveria que demonstrá-lo, esta diferente relação com os saberes adquiridos na escola e com os mercados de emprego poderia configurar percursos profissionais, também eles, significativamente distintos. Dito isto, cabe-me observar que um bom trabalho de investigação tem sempre esta imensa virtude: abrir para novas investigações justamente suscitadas pelos aspectos que a ele não coube desenvolver. E, já agora, se neste trabalho, compreensível e deliberadamente, se excluíram da análise as relações entre o percurso

dos engenheiros e o processo de desenvolvimento económico (e especificamente industrial) do país, pois tal não era o seu objectivo, vejo aí também matéria de muito interesse para trabalhos futuros.

Finalmente, algumas breves palavras sobre o associativismo dos engenheiros. Na verdade, se o grau de empenho associativo pode de algum modo ser um indicador de um «sentido de profissão», ou mesmo de «comunidade profissional», julgo que a informação produzida é de molde a não ter muitas ilusões. A primitiva AACP (Associação dos Engenheiros Civis Portugueses) não tem, em 1911, qualquer intervenção no momento fundamental para a profissão que foi a criação das grandes escolas de engenharia, tendo mantido a esse respeito um silêncio «entre o expectante e o desconfiado»; em 1916 queixa-se da «pouca afluência dos sócios»; em 1925-1926, quem vai fazer greve contra a designação de «engenheiros auxiliares» dada aos diplomados em escolas não universitárias são os estudantes do IST; enfim, em 1936 aceita sem grande alarido a sua suspensão (na prática, o encerramento) em benefício da nova Ordem dos Engenheiros, organismo de inscrição obrigatória inserido no dispositivo corporativo. Quanto a esta, não surpreenderá o pouco interesse que por ela manifestaram os engenheiros, mas já se afigura mais estranho que em plena democracia, quando em 1992 se volta à inscrição obrigatória, se constate que perto de 10 000 engenheiros não eram mem-

bro (basta ver o salto no número de membros de um ano para o outro). Mais do que isso, não houve qualquer burburinho nessa altura pelo facto de a Ordem voltar à órbita do Estado, com o estatuto de associação pública. Julgo que a maioria dos engenheiros, de resto, desconhece totalmente ser esse o estatuto da Ordem — era, aliás, o meu caso antes de ler este trabalho.

Na verdade, fica-se com o sentimento de que o que verdadeiramente mobilizou os engenheiros ao longo deste século foi sobretudo a defesa do título, do diploma (de que, aliás, ninguém lhes pede prova), com o que isso tem de simbólico, de oportunidades de empregos e carreiras e de reconhecimento social — desde aquele que os faz ouvirem-se várias vezes ao dia tratar por «Sr. Engenheiro», pessoa que se suspeita ter algum poder e estar «bem relacionada». A dado passo M. L. Rodrigues exprime-o desta maneira: «A forma como perdura a sua influência [da origem social] na determinação de percursos e carreiras profissionais [...] revela a existência de mecanismos diversos de fechamento ou de segmentação que, em paralelo com a extensão e diversificação dos campos de actividade, garantem que, apesar do aumento do número de membros, a profissão se mantenha como um espaço de reprodução de elites.»

A terminar. Estranha profissão esta que ganharia consistência na diluição dos saberes e na diversificação de ac-

tividades e profissionalidade no exercício de tarefas não profissionais. Mas lá estou eu a usar a palavra «profissional» em sentido restrito. Responde-me antecipadamente a autora: há que «perceber o papel dos diferentes agentes na construção da profissionalidade do grupo. Em relação aos engenheiros, pode dizer-se que não está inscrita na natureza do seu trabalho ou da sua actividade, dentro ou fora das organizações, a impossibilidade da sua profissionalização». É matéria que terei de deixar para ser debatida entre sociólogos.

JOÃO MARTINS PEREIRA

Sylviane Agacinski, Política dos Sexos, trad. de Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1999¹, 122 + x páginas.

Nas palavras da autora, *Política dos Sexos* é um livro que nasceu de um desejo, o de participar no debate público sobre a paridade. Trata-se, portanto, de uma tomada de posição numa discussão actual e mobilizadora das organizações feministas e das elites políticas francesas e europeias. Mas o objectivo da paridade, en-

quanto reivindicação de partilha da esfera política, trouxe consigo uma profunda reflexão sobre a democracia e as diferenças entre os sexos que veio a constituir um segundo estímulo. Este livro é também, por isso, um contributo para a reflexão política e filosófica que se entrecruza com o movimento pela paridade e representa, ao mesmo tempo, como afirma Sylviane Agacinski, o seu reencontro com a luta pela emancipação das mulheres, finalmente mobilizada em torno de uma esfera há muito ignorada, a do poder político. Para além das motivações que a levaram a escrever este livro, o prólogo anuncia ainda a tese central da sua reflexão — a de que a legitimidade da vontade de partilha do poder entre homens e mulheres assenta no reconhecimento de que o sexo constitui «um traço diferencial *universal*», constitutivo «do género humano» (IX) — e o procedimento, que assume um carácter mais prescritivo do que indutivo, adoptado na defesa dessa tese (x): «[...] que sentido queremos hoje reconhecer ou dar à mixidade da humanidade?»

A argumentação que sustenta esta procura de sentido desenvolve-se ao longo de três partes. A primeira parte, intitulada «Diferenças», inicia-se com um capítulo («O homem dividido») onde a autora afirma a diferença universal dos sexos, dual e hierárquica, recorrendo à investigação, que demonstra a inscrição desta diferença na cultura e a dependência do sentido que ela assume das modalidades de relações entre homens e

¹ Ed. original: *Politique des sexes*, Paris, Éditions du Seuil, 1998.